

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

**A FUSÃO ENTRE PODER RELIGIOSO E POLÍTICO NO PERÍODO
INTERTESTAMENTÁRIO: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS PARA A
AUTONOMIA JUDAICA**

Carlos Rogerio de Oliveira

SÃO PAULO

2025

Carlos Rogerio de Oliveira

**A FUSÃO ENTRE PODER RELIGIOSO E POLÍTICO NO PERÍODO
INTERTESTAMENTÁRIO: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS PARA A
AUTONOMIA JUDAICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito final no curso de
Bacharel em Teologia da Faculdade Teológica
Batista de São Paulo (FTBSP).

Prof. Dr. Jonas Machado

SÃO PAULO
2025

Oliveira, Carlos Rogério de

A fusão entre poder religioso e político no período intertestamentário: impactos e consequências para a autonomia judaica. / Carlos Rogério de Oliveira. – São Paulo: 2025.
49 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Teologia) -
Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Machado

1. Período intertestamentário 2. Sacerdócio hasmoneu 3. Poder religioso e político 4. Autonomia judaica 5. Crise da autoridade espiritual I. Título. II. Machado, Jonas

CDD 322.1

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

Carlos Rogério de Oliveira

**A FUSÃO ENTRE PODER RELIGIOSO E POLÍTICO NO PERÍODO
INTERTESTAMENTÁRIO:
Impactos e consequências para a autonomia judaica.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jonas Machado – Orientador

Prof. Me. Marcos de Almeida – Leitor

São Paulo, 27 de Novembro de 2025.

**SÃO PAULO
2025**

DEDICATÓRIA

Dedico estas páginas ao Senhor, cuja fidelidade me sustentou em cada etapa desta jornada. Foi em Cristo que encontrei a força, a inspiração e a clareza necessárias para prosseguir. Que este trabalho, fruto de esforço e graça, seja para glória do Deus que reúne seus filhos de todas as línguas e povos.

À minha esposa, amigos e professores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte da vida e razão da minha fé, por me sustentar com graça e força em cada etapa desta jornada. À minha esposa, Love, registro minha profunda gratidão por seu amor, apoio incondicional, orações e paciência, que foram meu alicerce em todos os momentos, inclusive nos mais desafiadores.

Ao meu sobrinho Sidnei, filho do coração, agradeço por sempre acreditar em mim, pelo carinho e incentivo constantes, que muito contribuiu para minha perseverança. Manifesto também minha gratidão à minha família, pelas orações e apoio ao longo desta caminhada.

Aos meus pastores, Rivonério e Missionária Jane, e à minha igreja, Comunidade Cristã Vida, agradeço pelo cuidado espiritual, pelas orações e pelo incentivo constante, que me fortaleceram e me impulsionaram a perseverar.

Sou igualmente grato aos colegas e amigos da Faculdade Teológica, que me acompanharam com orações, palavras de ânimo e sincera solidariedade durante todo o processo da minha saúde. De modo particular, expresso minha gratidão ao amigo André, cuja dedicação se manifestou tanto no incentivo quanto na ajuda com bibliografia, e a Marcos Rogério e Sonia, que estiveram comigo no hospital, oferecendo apoio, presença fraterna e verdadeira amizade cristã em um dos períodos mais delicados da minha vida.

Estendo ainda meus agradecimentos a toda a equipe da Faculdade Teológica Batista de São Paulo (professores, coordenação e funcionários) por seu comprometimento com o ensino e por contribuírem de maneira significativa para meu crescimento acadêmico, humano e espiritual.

Este Trabalho de Conclusão de Curso representa a realização da minha primeira graduação, fruto de esforço, fé e do apoio de pessoas preciosas que caminharam ao meu lado. A todos, deixo meu mais sincero reconhecimento e gratidão.

Resumo

O presente trabalho analisa a fusão entre o poder religioso e o poder político no período intertestamentário, investigando seus impactos sobre a autonomia judaica e suas implicações teológicas para a compreensão da liderança espiritual no contexto do Novo Testamento. O estudo parte da problematização sobre como os sumos sacerdotes conciliavam suas funções cultuais com as exigências governamentais e as pressões impostas por potências estrangeiras, como os Selêucidas e, posteriormente, Roma. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem histórico-teológica, fundamentada em fontes primárias — como Flávio Josefo e 1 Macabeus — e em autores secundários como Schürer (2023), Skarsaune (2004) e Hengel (1981). A análise demonstra que a ascensão do sacerdócio hasmoneu, ainda que tenha representado um esforço para preservar a identidade nacional e a fé judaica, resultou em uma tensão contínua entre o altar e o trono. O sacerdócio, que deveria expressar santidade e intercessão, transformou-se em instrumento de poder e mediação política, contribuindo para a crise da autoridade espiritual e para o enfraquecimento do ideal teocrático que sustentava Israel. Essa sobreposição de funções, intensificada pela influência helenista e mais tarde pela dominação romana, provocou fragmentações religiosas e políticas, refletidas nas divergências entre fariseus, saduceus e essênios. Contudo, esse mesmo contexto de crise preparou o terreno para uma renovação teológica que culminou na mensagem messiânica do Novo Testamento. Conclui-se que a fusão entre poder religioso e político, embora motivada pela necessidade de sobrevivência nacional, produziu consequências duradouras para o judaísmo e oferece, ainda hoje, uma advertência sobre os riscos da instrumentalização da fé pelo poder.

Palavras-chave: Período intertestamentário. Sacerdócio hasmoneu. Poder religioso e político. Autonomia judaica. Crise da autoridade espiritual.

Abstract

This study analyzes the fusion between religious and political power during the intertestamental period, examining its impact on Jewish autonomy and its theological implications for understanding spiritual leadership within the New Testament context. The research investigates how the high priests balanced their cultic duties with governmental demands and the pressures imposed by foreign powers such as the Seleucids and later Rome. Methodologically, it adopts a historical-theological approach based on primary sources — such as Flavius Josephus and 1 Maccabees — and secondary authors including Schürer (2023), Skarsaune (2004), and Hengel (1981). The analysis reveals that the rise of the Hasmonean priesthood, though initially aimed at preserving national identity and Jewish faith, led to an ongoing tension between altar and throne. The priesthood, once a symbol of holiness and intercession, became a means of political mediation and control, contributing to a crisis of spiritual authority and the weakening of Israel's theocratic ideal. This overlap of functions, intensified by Hellenistic influence and later Roman domination, generated both religious and political fragmentation, reflected in the divisions among Pharisees, Sadducees, and Essenes. Yet this very context of crisis paved the way for a theological renewal that culminated in the messianic message of the New Testament. It is concluded that the fusion of religious and political power, though born from the need for national survival, produced lasting consequences for Judaism and still serves as a warning against the manipulation of faith by political interests.

Keywords: Intertestamental period. Hasmonean priesthood. Religious and political power. Jewish autonomy. Crisis of spiritual authority.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O PERÍODO HELENÍSTICO E SEUS IMPACTOS NA JUDEIA: A EXPANSÃO DE ALEXANDRE E A DIFUSÃO CULTURAL GREGA COMO DESAFIO À FÉ JUDAICA.	12
1.1 OS SELÊUCIDAS E OS MACABEUS.....	13
1.2 A REVOLTA MACABEIA: RESISTÊNCIA E RECONQUISTA DA IDENTIDADE JUDAICA.....	16
1.3 A ASCENSÃO DA DINASTIA HASMONEIA	18
1.4 A PERDA PROGRESSIVA DA AUTONOMIA JUDAICA.....	20
2 A FUSÃO ENTRE SACERDÓCIO E GOVERNO	24
2.1 O ROMPIMENTO COM A TRADIÇÃO ZADOQUITA.....	26
2.2 OS DESAFIOS DA LIDERANÇA HÍBRIDA	28
2.3 PRESSÕES POLÍTICAS E MILITARES.....	30
3 CONSEQUÊNCIAS PARA A AUTONOMIA JUDAICA E O JUDAÍSMO	33
3.1 O IMPACTO DA INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA (SELÊUCIDAS E ROMA)	34
3.2 A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DOS SUMOS SACERDOTES	36
3.3 INFLUÊNCIAS NO PENSAMENTO RELIGIOSO E POLÍTICO DO NOVO TESTAMENTO.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo examinar de que maneira a fusão entre poder religioso e poder político, ocorrida no período intertestamentário, remodelou a autonomia judaica e redefiniu o papel do sacerdócio diante das transformações sociais, culturais e teológicas vivenciadas entre 167 e 63 a.C.

A delimitação recai sobre o período que se estende da Revolta dos Macabeus até a intervenção romana de 63 a.C., fase marcada por reorganizações internas e pela gradual redefinição da liderança judaica. Trata-se de um intervalo decisivo para compreender a transição entre a resistência macabeia e o estabelecimento da dinastia hasmoneia, que inaugurou um novo modelo de governo ao acumular funções religiosas e políticas.

O objetivo central deste estudo é analisar de maneira clara e crítica como a liderança hasmoneia reconfigurou a autoridade sacerdotal e como essa estrutura influenciou a vida religiosa e política da Judeia. O enfoque recai sobre o processo de unificação entre o sumo sacerdócio e o governo, sua consolidação histórica e seus reflexos sobre a autonomia e identidade do povo. Ao invés de uma abordagem ampla do período intertestamentário, a pesquisa concentra-se nesse fenômeno específico, reconhecendo sua relevância para a compreensão do judaísmo do Segundo Templo.

Nesse contexto, uma mudança significativa ganha destaque: a ruptura com a tradição zadoquita, historicamente responsável por manter a distinção entre as esferas religiosa e política. Essa nova configuração de poder representou uma ruptura clara com a tradição zadoquita, que por séculos havia assegurado a separação entre o altar e o trono. Durante os hasmoneus, o sumo sacerdote deixou de ser apenas mediador espiritual para se tornar também governante político, diplomata e comandante militar. Essa sobreposição de responsabilidades, ao mesmo tempo em que ofereceu à Judeia um período de relativa estabilidade e resistência frente às potências estrangeiras, desencadeou tensões internas que afetaram diretamente a credibilidade e a legitimidade do sacerdócio (Schürer, 2023, p. 260).

A ascensão desse modelo híbrido trouxe avanços e fragilidades. Se por um lado consolidou a Judeia contra ameaças externas, por outro intensificou disputas internas e questionamentos sobre a legitimidade de uma liderança que acumulava funções tão distintas. Essa transformação se refletiu na estrutura sociopolítica, nas

expectativas messiânicas e no desenvolvimento do pensamento religioso, que encontrou expressão nas tensões presentes no período do Novo Testamento.

Diante desse panorama, a presente pesquisa busca investigar como os sumos sacerdotes hasmoneus conciliavam suas responsabilidades cultuais com as exigências governamentais e políticas, e de que maneira essa fusão entre sacerdócio e governo afetou a autonomia e a identidade judaica. A análise pretende avaliar a coerência dessa estrutura, compreendendo seus benefícios, suas fragilidades e os impactos produzidos sobre o povo e a vida religiosa.

O estudo organiza-se de forma progressiva: apresenta o contexto histórico que antecede a ascensão hasmoneia; examina a forma de liderança híbrida que emergiu; e analisa suas consequências teológicas e institucionais. A abordagem é histórica e teológica, fundamentada em fontes primárias, como Flávio Josefo e 1 Macabeus, e em obras secundárias que oferecem base interpretativa sólida.

Sem pretender esgotar o tema, o trabalho busca contribuir para uma compreensão clara e coerente das mudanças que marcaram esse período. O foco permanece na interação entre religião e poder, observada com rigor analítico e sensibilidade histórica, oferecendo ao leitor um panorama consistente das transformações que moldaram a Judeia no limiar do surgimento do cristianismo.

1 O PERÍODO HELENÍSTICO E SEUS IMPACTOS NA JUDEIA: a expansão de Alexandre e a difusão cultural grega como desafio à fé judaica.

O período da Antiguidade helenística representa um marco decisivo na história antiga, em especial para o povo judeu. A expansão do território macedônico sob Filipe II preparou o terreno para que seu filho, Alexandre, o Grande, levasse adiante não apenas a dominação militar, mas também uma difusão ampla da cultura grega. A conquista do Império Persa, no século IV a.C., alterou significativamente o equilíbrio político do mundo antigo e permitiu que elementos do helenismo fossem incorporados a múltiplas sociedades. Brown e Holzapfel destacam que Alexandre não se limitou a controlar vastas regiões, mas promoveu a circulação da língua e do pensamento grego, contribuindo para que o grego koiné se tornasse uma língua de contato entre diferentes povos (2002, p. 45-47).

O novo cenário exigiu ajustes culturais helenísticos entre as comunidades judaicas da diáspora, especialmente aquelas estabelecidas no Egito. A tradução das Escrituras hebraicas para o grego, conhecida como Septuaginta, tornou-se um instrumento fundamental na disseminação do monoteísmo judaico entre populações não falantes de hebraico (Josefo, 2012, p. 538).¹ Assim, para além das conquistas militares, a ação de Alexandre inaugurou um intenso processo de intercâmbio cultural, cujos efeitos se estenderam muito além de sua época.

O helenismo, como explica Skarsaune (2004, p. 26), foi marcado por uma fusão de influências gregas e orientais sob um plano universalista que, ao abrir a cultura, colocou as tradições locais em conflito — notadamente, os mandamentos da Torá na Judeia. Essa ambivalência fez do helenismo tanto uma promessa de expansão intelectual quanto uma ameaça à identidade religiosa e social judaica. A tradição grega retratava Alexandre como um homem guiado por um propósito superior, alguém que entendia sua missão como a manifestação de um chamado divino, não

¹ Josefo relata que Ptolomeu II Filadelfo (285–246 a.C.) encomendou a tradução da Torá para o grego koiné, reunindo 72 sábios judeus de Jerusalém na Biblioteca de Alexandria. Após 72 dias de trabalho isolado, produziram uma versão idêntica ao original hebraico, considerada divinamente inspirada. O rei a proclamou "Escrituras Sagradas", depositando cópias no Templo e na Biblioteca — adaptação essencial para judeus helenizados do Egito e disseminação do monoteísmo na Diáspora (2012, p. 538-548).

simplesmente um conquistador em busca de fama. Reconhecer isso explica ainda mais por que seu projeto político durou tanto tempo, muito depois de sua morte.

A dissolução do Império sob a ação dos generais de Alexandre fez a Judeia oscilar entre as esferas ptolomaica e selêucida, criando o ambiente propício para os intensos conflitos políticos e culturais que marcariam a trajetória da nação (Brown; Holzapfel, 2002, p. 47-50). Esse cenário de instabilidade estabeleceu as condições nas quais as revoltas macabeias irromperiam nos anos posteriores. O período helenístico, então, não foi apenas uma era na história; constituiu uma verdadeira arena de luta cultural na qual o povo judeu estava perpetuamente em conflito para se converter à sociedade helênica ou manter suas raízes, crenças, povo e cultura. Nesse conflito, a resistência dos macabeus se destacou (incluindo mais tarde, a consolidação política e religiosa sob a dinastia hasmoneia), tornando-o talvez o período mais importante na história judaica.

1.1 Os Selêucidas e os Macabeus.

A história da Judeia assumiu um novo caráter com o governo de Antíoco IV Epifânio, que assumiu o trono selêucida em 175 a.C. em Antioquia e concentrou suas tendências helenísticas na erradicação do culto judaico. Antes desse período, os judeus eram relativamente livres para praticar sua religião, podiam oferecer seus sacrifícios no templo, observar o sábado e manter costumes vitais, como a circuncisão masculina (Schwantes, 2010, p. 87,88). Esse equilíbrio, no entanto, foi perturbado quando esse governante tentou uma unificação cultural de seu império sob o helenismo, transformando o que originalmente era uma força cultural integradora em uma ferramenta de coerção psicológica e física para aquele povo. Como observa D. S. Russell, a crise de 167 a.C. teve origens múltiplas e complexas, resultantes da combinação entre a opressão selêucida externa e as divisões internas no território da Judeia, especialmente entre a elite helenizada (favorável à integração cultural) e os Hasidim, resistentes à assimilação. Segundo o autor, essa tensão criou o ambiente propício para a eclosão da revolta macabéia (2007, p. 25-27).

A cultura grega, por sua vez, representava um instrumento de progresso e integração para parte da elite cosmopolita judaica, que via na helenização uma via de ascensão e diálogo com o mundo mais amplo. Os grupos zelosos (Hasideus ou Hasidim), contudo, resistiram resolutamente a essa influência, temendo que tal

abertura comprometesse a fidelidade à Torá e às tradições herdadas de seus antepassados. Essa luta, portanto, configurou um prelúdio adequado para um confronto aberto contra o domínio selêucida. Antíoco IV buscava consolidar seu domínio em meio a dificuldades internas e à constante rivalidade com os ptolomeus do Egito. A helenização parecia um caminho estratégico para dar unidade ao império.² As pressões externas agravavam essa situação: os sonhos expansionistas dos Ptolomeus e os crescentes poderes de Roma, que restringiriam a independência de outros reinos helênicos, bem como sua influência sobre os assuntos sírios. O rei aliou-se a judeus helenizados, como a família dos Tobiadas, para combater os Macabeus, sob a liderança de Alcimo, descendente do sumo sacerdote Eli. Para consolidar esse controle, ele impôs a aceitação de um sumo sacerdote oriundo da família de Alcimo, já que os herdeiros legítimos de Zadoque estavam ausentes, e ordenou a execução de todos os que ousassem desafiar essa imposição.

O Imperador Antíoco IV voltou-se contra Jerusalém em 169 a.C., após uma frustrada expedição no Egito, e retirou os tesouros do Templo³, medida que se explica, em grande parte, pela necessidade de custear suas operações militares (Paul, 1983, p. 188; Kingsley, 2007, p. 28-29). A política de Antíoco IV foi além do simples sincretismo cultural. O monarca tentou eliminar a identidade judaica, impondo a proibição dos rituais sagrados e ordenando a destruição das Torás, em uma estratégia que visava consolidar a unidade do império selêucida. Esse projeto, contudo, ignorava a força e a persistência da fé judaica.⁴

A frustração com a intervenção romana tornou-se evidente no ano seguinte, quando a República o impediu de dar continuidade à sua ofensiva contra o Egito, apesar da vitória alcançada em Isso. Diante dessa limitação, o monarca expansionista

² Emil Schürer (2023, v. 1, p. 221) destaca que Antíoco IV via a helenização como estratégia política para unificar o império sob ameaça ptolemaica, transformando a cultura grega em instrumento de coerção — incluindo a proibição de práticas judaicas e a profanação do Templo. As citações de Schürer sem indicação de volume referem-se ao *Volume I* da obra; quando mencionadas, as indicações “v. 2” correspondem ao Volume II.

³ Kingsley (2007, p. 28–29) O autor descreve o saque de 169 a.C. como ato de “ganância pura”, motivado por ambições contra o Egito, com Antíoco levando candelabros, altares e véus de ouro, interrompendo sacrifícios por três anos e meio e profanando o Templo com porcos em 167 a.C. — ecoando 1-2 Macabeus (1Mc 1.21-24; 2Mc 5.16) — e subestimando a resiliência que levou à recaptura macabeia em 164 a.C., sem deixar “nenhum tesouro do Templo” intacto até então.

⁴ Josefo (2012, p. 562) relata que Antíoco IV determinou a queima sistemática das Torás encontradas, a execução de quem as ocultasse e a proibição absoluta da circuncisão sob pena de morte, além de impor sacrifícios a deuses gregos em cada cidade judaica — medidas que visavam erradicar a aliança mosaica como núcleo da identidade nacional, subestimando a resistência teológica dos Hasidim que culminou na revolta macabaica.

Antíoco IV voltou-se para a Judeia e, ao capturá-la, impôs a helenização como o instrumento central de dominação, aplicando-a de maneira autoritária para exercer o controle cultural e político sobre o povo judeu. Entre aqueles que aceitaram os modos gregos, havia incentivos econômicos e privilégios sociais, mas a manutenção dos costumes nativos sofreu rigorosa supressão.

A expansão do helenismo trouxe profundas transformações à vida religiosa e cultural na Judeia. O Primeiro Livro dos Macabeus registra que alguns judeus tentaram se conformar aos costumes gregos, chegando a construir em Jerusalém um ginásio — símbolo central da cultura helênica. Nesse processo, certos jovens revertiam a circuncisão, sinal da aliança com Deus, buscando se assemelhar aos padrões gregos. O texto sagrado condena essa postura, considerando-a uma ruptura consciente com os princípios da fé judaica conforme expresso em 1Mc 1.12–15.

Deles saiu aquele rebento ímpio, Antíoco Epifanes, filho do rei Antíoco. Ele tinha estado em Roma como refém e se tornara rei no ano cento e trinta e sete da dominação dos gregos. Por esses dias apareceu em Israel uma geração de perversos, que seduziram a muitos com estas palavras: "Vamos, façamos aliança com as nações circunvizinhas, pois muitos males caíram sobre nós desde que delas nos separamos." Agradou-lhes tal modo de falar. E alguns dentre o povo apressaram-se em ir ter com o rei, o qual lhes deu autorização para observarem os preceitos dos gentios. Construíram, então, em Jerusalém, uma praça de esportes, segundo os costumes das nações, restabeleceram seus prepúcios e renegaram a aliança sagrada. Assim associaram-se aos gentios e se venderam para fazer o mal (Bíblia de Jerusalém, 2012, p. 719).

O ginásio grego, contudo, não se limitava ao treinamento corporal. Conforme aponta Athas (2023, p. 199), essa instituição cumpria múltiplas funções, oferecendo aos jovens educação intelectual, prática religiosa e preparação para o engajamento cívico e militar.⁵ O próprio termo *gymnos*, que significa “nu” em grego, revelava a concepção de que o corpo humano espelhava a perfeição divina. A nudez nas competições, os jogos pan-helênicos em honra às divindades e a ênfase na excelência física contrastavam frontalmente com os valores judaicos de modéstia, santidade e separação ritual (cf. Ex 28.42-43; Lv 6.10). Essa interação cultural, portanto, transcendia diferenças superficiais de costumes e configurava um autêntico conflito de visões de mundo.

⁵ Athas analisa que o ginásio incorporava elementos religiosos, como o culto a Hércules e juramentos cívicos a deuses gregos, exigindo dos jovens judeus a renúncia pública à circuncisão (1Mc 1.15) para participarem, convertendo a educação helenística em instrumento de apostasia (p. 198–200).

Os gregos enxergavam na liberdade corporal uma manifestação do divino, enquanto os judeus viam na fidelidade à Torá o sinal da aliança com Deus. A política de Antíoco IV, porém, ultrapassava o sincretismo cultural. O monarca buscou eliminar a identidade judaica ao proibir rituais sagrados e ordenar a destruição das Torás, visando consolidar a unidade do império selêucida. Esse plano, no entanto, subestimava a resiliência da fé judaica.⁶ Esses atritos geraram divisões internas entre os helenizantes e aqueles que defendiam a tradição, além de criar o contexto histórico que culminaria na Revolta dos Macabeus, evento decisivo para a preservação da identidade judaica diante da pressão de assimilação cultural.

1.2 A revolta macabeia: Resistência e Reconquista da Identidade Judaica

A revolta macabeia iniciou-se em 167 a.C. na aldeia de Modein, onde o sacerdote Matatias, do clã Joarib e da linhagem hasmoneia, confrontou um oficial selêucida que exigia sacrifícios pagãos. Matatias não só recusou a ordem, mas assassinou um judeu disposto a obedecer e o próprio oficial. Esse ato, narrado no Primeiro Livro dos Macabeus, marcou o início da insurgência armada (1 Mc 2.15-28). Em seguida, Matatias fugiu para as montanhas com seus cinco filhos — João, Simão, Judas, Eleazar e Jonatas — e reuniu judeus devotos, incluindo os hasidim, que viam na revolta uma defesa espiritual da fé. Sua liderança breve, mas intensa, impregnou o movimento de zelo religioso, ecoando tradições proféticas de fidelidade a Deus em tempos de crises (Brown; Holzapfel, 2012, p. 58).⁷

Após a morte de Matatias em 166 a.C., Judas, cognominado "Macabeu" — possivelmente do aramaico para "martelo" —, assumiu o comando. Ele transformou a resistência em operações militares estratégicas, empregando guerrilha na topografia montanhosa da Judeia para compensar a inferioridade numérica. Triunfou inicialmente em Bet-Horon contra Seron (1 Mc 3.13-24) e em Emaús contra Górgias, com ataques noturnos que incendiaram o acampamento inimigo (1 Mc 4.1-25). Esses êxitos elevaram o moral rebelde e atraíram adesões. O ápice ocorreu em 164 a.C., com a

⁶ Josefo (2012, p. 562) relata que Antíoco IV promulgou decretos proibindo o culto judaico, queimando exemplares da Torá e punindo com a morte aqueles que permanecessem fiéis à Lei — tentativa frustrada de suprimir a identidade religiosa de Israel.

⁷ Brown e Holzapfel (2012, p. 58) destacam que, após o confronto em Modein, Matatias fugiu para as montanhas com seus cinco filhos, reunindo judeus devotos — entre eles os hasidim —, que viam a revolta como defesa espiritual da fé. Essa coalizão inicial conferiu ao movimento um caráter de zelo religioso, enraizado nas tradições proféticas de fidelidade a Deus em tempos de crise.

reconquista de Jerusalém, a purificação do Templo, a remoção de ídolos helenísticos e a restauração do culto judaico.⁸ Essa vitória originou a Festa de Hanukkah, celebrada anualmente como triunfo sobre a assimilação cultural e manifestação da providência divina (2 Mc 10.1-8).

O percurso da liderança hasmoneia, após a morte de Judas em 160 a.C. no combate contra Báquides (1 Mc 9.1-22), revela sucessão marcada por conflitos externos e desafios políticos interiores. A ascensão de Jonatã, em meio à instabilidade do império selêucida provocada pelas disputas entre Demétrio I e Alexandre Balas, resultou em expansão territorial e construção de alianças diplomáticas com Roma e Esparta, o que ampliou seu prestígio internacional (1 Mc 8.1-32; 12.1-23). A condução de Jonatã, habilidosa em alternar confrontos militares e negociações políticas, levou à sua nomeação como sumo sacerdote em 152 a.C., consolidando união entre autoridade religiosa e poder militar. A captura e execução de Jonatã por Trifão em 143 a.C. evidenciou os riscos envolvidos na luta pela autonomia e expôs a vulnerabilidade dos líderes hasmoneus diante de intrigas estrangeiras.

O governo de Simão, último filho de Matatias, prosseguiu entre 143 e 134 a.C. na consolidação dessas conquistas. A expulsão das guarnições selêucidas de Jerusalém e da cidadela de Acra assegurou independência formal em 142 a.C., obtida por meio de tratado firmado com Demétrio II (1 Mc 13.36-42). A assembleia realizada em 140 a.C., que o proclamou sumo sacerdote hereditário e etnarca, reconheceu oficialmente sua liderança religiosa e civil, inaugurando fase de estabilidade e reorganização nacional. Sobre esse período, Ironside descreve:

Por um breve período, a terra desfrutou de descanso e prosperidade sob a sábia liderança de Simão. As cidades foram reconstruídas, as terras cultivadas, e as artes da paz praticadas. Tão satisfeitos estavam o povo dos judeus com Simão, que eles realizaram uma assembleia geral em seu terceiro ano, 141 a.C., quando conferiram o sacerdócio e o governo a ele e seus herdeiros para sempre, gravando sua decisão em bronze e fixando-a em pilares no Monte Sião (Ironside, 2021, p. 49).

Essa institucionalização fundou a dinastia hasmoneia, integrando os poderes civil, militar e religioso (inovação que fortaleceu a unidade judaica, mas gerou futuras tensões sectárias entre fariseus e saduceus) conforme registrado em 1 Mc 14.25-49.

⁸ A purificação do Templo em 164 a.C. é descrita como rito de oito dias com acendimento de luzes, origem de Hanukkah, símbolo da restauração do culto e da ação providencial de Deus após a profanação helenística (2 Mc 10.1-8) (Josefo, 2012, p. 567-570).

A revolta macabaica ultrapassou o âmbito militar e assumiu uma dimensão teológica ao reafirmar a soberania divina sobre as nações, (inspiração que se reflete na escatologia do Livro de Daniel em Dn 11.31 e 12.11) e influenciou o desenvolvimento do judaísmo posterior e do Novo Testamento (especialmente em Jo 10.22-23).⁹ O movimento restabeleceu a liberdade religiosa e fundou um Estado judeu autônomo até 63 a.C. O legado resultante, porém, revela ambiguidades: o zelo inicial pela Torá evoluiu para uma monarquia de feição helenizada, abrindo espaço para reflexões mais amplas sobre a relação entre poder político e pureza espiritual. Esses temas serão aprofundados em capítulos posteriores.

1.3 A Ascensão da Dinastia Hasmoneia

A dinastia hasmoneia nasceu no contexto da resistência contra o domínio selêucida, liderada por Matatias e seus filhos. Mais do que um simples levante militar, aquela revolta representou a afirmação da fé e da identidade do povo judeu. O nome “hasmoneu” tem origem na Casa de Hasmon, designando a linhagem familiar, enquanto o título “macabeu” ficou especialmente associado a Judas e seus irmãos.

Entre 134 e 63 a.C., os hasmoneus conduziram a Judeia por um período de conquistas políticas e religiosas, mas também de fortes tensões internas. O ponto alto desse processo ocorreu no governo de João Hircano I (134-104 a.C.), quando a Judeia alcançou um novo patamar de autonomia e expansão (Josefo, 2012, p. 567-573). Antes dele, Jônatas e Simão haviam desempenhado papéis importantes na transição da resistência armada para a organização de um governo. No entanto, foi sob Hircano que a dinastia de fato se consolidou, projetando a Judeia como força de destaque no cenário regional.

Com habilidade política, Hircano garantiu independência frente aos selêucidas, contando com apoio estratégico de Roma¹⁰. Sua política expansionista foi ousada: incorporou regiões como a Idumeia e a Samaria, impôs a observância das práticas judaicas (inclusive a circuncisão) e chegou a destruir o templo rival no Monte Gerizim. Essas medidas reforçaram Jerusalém como centro religioso e político, fortaleceram

⁹ A consolidação hasmoneia apresenta um legado ambíguo: da defesa rigorosa da Torá à progressiva helenização dinástica, com repercussões na escatologia judaica (Josefo, 2012; Athas, 2023, p. 348).

¹⁰ Josefo, 2012, p. 582–589.

as defesas e ampliaram o prestígio da Judeia no mundo helenístico. Contudo, esse fortalecimento trouxe consigo tensões internas.

Ao romper com os fariseus e aproximar-se dos saduceus, Hircano abriu um divisor de águas na vida religiosa do povo (Josefo, 2012, p. 618). Os fariseus, círculo religioso rigoroso ligados a população, entendiam a vida cotidiana como espaço de santificação; já os saduceus, próximos da aristocracia, mantinham-se restritos ao Pentateuco e mostravam maior receptividade à cultura helenística. Por sua vez, os essênios rejeitaram por completo os sacerdotes hasmoneus, acusando-os de corrupção e retirando-se para comunidades isoladas, como Qumran (Russell, 2007, p. 50-55).

A dinastia assumiu feições monárquicas quando ocorreu a autoproclamação de Aristóbulo I (104–103 a.C.) como rei, gesto que, ao seguir padrões helenísticos, expressava o desejo de inserir-se entre os grandes governantes da região. Alexandre Janeu (103–76 a.C.) deu continuidade ao projeto expansionista, mas sua repressão severa aos fariseus precipitou a Judeia em uma guerra civil, revelando a fragilidade de um poder sustentado exclusivamente pela força (Josefo, 2012, p. 660). Em sentido oposto, o reinado de Salomé Alexandra (76–67 a.C.) promoveu estabilidade política e religiosa: sua postura conciliadora valorizou os fariseus e consolidou as sinagogas como centros de ensino e de vida comunitária (Tognini, 2009, p. 125).

No plano cultural, os hasmoneus buscaram legitimar-se evocando a memória do reinado davídico, apresentando-se como restauradores da soberania no contexto cultural da época. Entretanto, a fusão entre sacerdócio e poder político gerou críticas severas, sobretudo entre os essênios, que chegaram a chamar certos governantes de “sacerdotes ímpios” nos Manuscritos do Mar Morto (Brown; Holzapfel, 2012, p.173).¹¹ Apesar disso, a prosperidade econômica deu novo fôlego à Judeia: o comércio, impulsionado por portos como o de Jope, inseriu-a nas rotas mediterrâneas e ampliou sua vitalidade social e cultural.

As alianças estabelecidas com Roma, inicialmente concebidas como medidas estratégicas para assegurar a sobrevivência política, tornaram-se fontes ambíguas de

¹¹ O “Sacerdote Ímpio”, nos Manuscritos do Mar Morto, refere-se a Jônatas Macabeu (152 a.C.), oposto pelo Mestre da Justiça — figura enigmática e sacerdote fundador do movimento essênio — por usurpar o sumo sacerdócio sem a ancestralidade zadoquita legítima remontando a Zadoque, sumo sacerdote nos dias de Salomão. Essa usurpação, via acordo político com o selêucida Alexandre Balas que unia o ofício religioso ao poder real, levou os essênios a rotular o templo e seus funcionários como impuros e corruptos, rejeitando a participação nos serviços e optando por uma retirada ao deserto para preservar a pureza ritual (Brown; Holzapfel, 2012, p. 173-176).

prestígio e ameaça. Se, por um lado, essas relações garantiam proteção frente a potências regionais, por outro, abriram espaço para interferências externas e para uma dependência crescente do poder imperial. Além disso, a fusão entre funções sacerdotais e políticas acentuou tensões internas e enfraqueceu a autonomia nacional. Esse processo de transição — da resistência à submissão — preparou o terreno para transformações mais profundas na vida religiosa e política de Israel. É nesse ponto que se insere o próximo capítulo, dedicado a examinar como a interligação entre sacerdócio, poder militar e domínio político contribuiu para a perda progressiva da autonomia judaica.

1.4 A perda progressiva da autonomia judaica

O declínio gradual da independência judaica. Durante o período da Revolta dos Macabeus (167-160 a.C.) até a ocupação romana de Jerusalém em 63 a.C., a autonomia judaica deteriorou-se lenta e seguramente, oscilando entre estados brilhantes de glória e crescentes vulnerabilidades. A derrota dos Selêucidas, que permitiu a rededicação do Templo e inaugurou uma nova era de esperança, proporcionou aos Hasmoneus – sob a influência de figuras como Simão e João Hircano – a chance de centralizar a independência da Judeia. Eles expandiram-se para territórios e negociaram com potências vizinhas, incluindo o pagamento de tributos para induzir a retirada dos exércitos selêucidas, conforme relato em 1Mc 13.36–40:

“O rei Demétrio, a Simão, sumo sacerdote e amigo dos reis, aos anciãos e à nação dos judeus, saudações! Recebemos a coroa de ouro e a palma que nos enviastes, e estamos prontos a celebrar convosco uma paz duradoura e a escrever aos nossos administradores que vos considerem totalmente isentos. Tudo o que temos determinado a vosso respeito permanece firme, e também são vossas as fortalezas que edificastes. Quanto às faltas por ignorância e os delitos cometidos até o dia de hoje, bem como a coroa que nos deveis, nós vo-los perdoamos. E se alguma outra coisa era arrecadada em Jerusalém, não o seja mais doravante. Se houver entre vós alguns homens que sejam aptos a ser recrutados para a nossa guarda de corpo, que se inscrevam. E reine a paz entre nós.” (Bíblia de Jerusalém, 2012, p. 756).

Essa liberdade, no entanto, não era mais invulnerável do que uma vela acesa em uma tempestade, regularmente cobiçada por forças externas e cismas internos que ameaçavam romper a unidade do povo judeu. Dependere de aliados poderosos

como Roma era uma proposta perigosa para a Judeia. A princípio, essas alianças os protegiam dos inimigos da área circundante, mas a longo prazo facilitavam a influência estrangeira. A independência judaica foi finalmente esmagada pela marcha de Pompeu sobre Jerusalém em 63 a.C. (Josefo, 2012, p. 644–645) A cultura helenística, antes combatida pelos macabeus, foi gradualmente assimilada pelo governo hasmoneu, passando a moldar suas práticas políticas e religiosas.

Os Tobiadas, uma família judaica de grande influência, ilustram como o processo de aproximação com potências estrangeiras teve início ainda antes da consolidação do poder hasmoneu. Atuando como administradores e cobradores de impostos a serviço dos governos ptolomaico e selêucida, buscaram não apenas estabilidade econômica, mas também prestígio político, por meio do alinhamento com as cortes helenísticas. Inseridos nesse ambiente de poder e influência, acabaram por comprometer elementos fundamentais de sua identidade judaica, o que provocou tensões com os setores mais zelosos pela preservação das tradições e da observância da Lei.

Tobias, um membro dessa família, expressa essa posição ao forjar alianças com Ptolomeu II, tomando territórios como Amom e estabelecendo comunidades fortificadas ao estilo helenístico, garantindo seu poder político, bem como a influência da família em relação à Judeia pré-hasmoneia.¹² Sob o domínio selêucida, Hircano (membro destacado da família Tobíada, e não o mesmo João Hircano da dinastia hasmoneia, como por vezes se confunde) aprofundou essa tendência de aproximação com o poder estrangeiro. Em sua vida na corte selêucida, Hircano o Tobíada encorajou práticas helenísticas, por exemplo, adotando costumes gregos, levando à desarmonia com os povos judeus ortodoxos que viam seu caminho como um golpe à identidade nacional (Josefo, 2012, p. 557).

A aliança dos Tobiadas com o governo estrangeiro foi, portanto, estratégica, garantindo seu poder e riquezas, levando ao estabelecimento de uma aliança com as cortes ptolomaica e selêucida. Mas essa postura, que priorizava acordos com os poderosos de fora, acabou criando rachaduras profundas no coração do povo judeu. Os hasmoneus, inicialmente defensores ardorosos da fé e da autonomia judaica,

¹² Flávio Josefo (2012, p. 552–558) descreve Tobias como figura estratégica que consolidou seu domínio regional por meio de alianças políticas e da adoção de práticas helenísticas, ampliando a influência de sua família antes do período hasmoneu.

acabaram por se deixar enredar nas mesmas práticas que combatiam. Ao adotarem costumes helenísticos e combinar práticas gregas com a liderança judaica, os hasmoneus passaram a enfrentar questionamentos sobre sua legitimidade como guardiões da Lei de Moisés, papel que haviam prometido cumprir desde o início de seu governo.

As divisões internas na época de Alexandre Janeu (103–76 a.C.) caracterizaram um período de crise profunda e acentuaram a perda progressiva da autonomia judaica desde o início de seu governo. Diante de revoltas populares e de conflitos intensos com grupos influentes, especialmente os fariseus, Janeu adotou medidas extremamente severas para consolidar sua autoridade. As ações empreendidas por ele, como a crucificação de opositores, prática rara no contexto judaico, ampliaram a indignação pública e evidenciaram tanto as limitações de sua liderança quanto a fragilidade estrutural de seu regime (Josefo, 2012, p. 628).¹³

A sucessão após a morte de Alexandre Janeu intensificou ainda mais a instabilidade política, pois a rivalidade entre seus filhos, Hircano II e Aristóbulo II, transformou-se em guerra civil e inaugurou fase de recorrente apelo a apoios externos. A busca por auxílio, inicialmente entre povos árabes e posteriormente junto à República Romana, comprometeu de modo decisivo a autonomia da dinastia, uma vez que tal dependência abriu caminho para interferências cada vez mais profundas na administração judaica. A intervenção de Roma em 63 a.C. consolidou esse processo e marcou a subjugação formal da Judeia. Sobre esse episódio, Surburg afirma:

Aristóbulo II e muitos de seus seguidores foram levados para Roma a fim de desfilar na procissão triunfal de Pompeu. Assim, os judeus, que em ocasiões anteriores haviam buscado a amizade e a proteção de Roma, agora sentiam o invencível aperto de sua mão conquistadora, da qual estavam destinados a jamais escapar como uma nação independente (Surburg, 1975, p. 57).

As divisões religiosas e sociais também contribuíram para a crise. Os saduceus, alinhados à elite e abertos ao helenismo, contrastavam com os fariseus, defensores zelosos das tradições da torá, e os essênios, que rejeitavam o sacerdócio

¹³ Athas (2023, p. 435-436) detalha que, ao fim da guerra civil (93-87 a.C.), Alexandre Janeu sitiou uma cidade rebelde, capturou cerca de 800 opositores farisaicos com suas famílias e, em Jerusalém, condenou-os a uma execução bárbara: crucificou os homens à vista da população, enquanto degolava suas esposas e filhos diante deles, banquetearando simultaneamente com concubinas — ato que violava tabus sacerdotais (Lv 21) e o chocou como tirania helenística, valendo-lhe o epíteto de “trácio” (Thrakidēs), sinônimo de crueldade desumana e incivilizada.

hasmoneu como corrupto, conforme indicam textos de Qumran (Russell, 2007, p. 56-57). Essa fragmentação enfraqueceu a unidade nacional, tornando a Judeia vulnerável à dominação externa.

A dinastia hasmoneia, embora tivesse surgido da resistência à opressão selêucida, paradoxalmente incorporou práticas que fragilizaram as bases de sua legitimidade. Esse período caracteriza-se por uma dinâmica complexa: ao mesmo tempo em que os judeus buscavam reafirmar sua identidade nacional, divisões internas minavam a solidariedade e a coesão social do povo. Nesse contexto de instabilidade, as sinagogas gradualmente se tornaram centros de ensino e de preservação da fé judaica, criando as bases do que viria a ser o judaísmo rabínico após a destruição do Templo em 70 d.C. (Skarsaune, 2004, p. 120). Assim, a transição do poder religioso para uma estrutura mais política preparou o cenário para uma nova etapa da história judaica, marcada pela fusão entre o sacerdócio e o governo — tema que será aprofundado no capítulo seguinte.

2 A FUSÃO ENTRE SACERDÓCIO E GOVERNO

O período intertestamentário marcou uma transformação profunda na organização política e religiosa da Judeia. O sacerdócio, que anteriormente se limitava às funções cultuais e à mediação espiritual, passou gradualmente a se entrelaçar com as esferas civil e militar, modificando uma tradição que, até então, separava rigidamente o altar do trono (Schürer, 2023, p. 260). Essa fusão entre autoridade religiosa e poder político, consolidada durante a dinastia hasmoneia, emergiu como resposta direta às constantes ameaças externas e à necessidade de afirmar a autonomia judaica em meio ao domínio helenístico.

Sob a orientação dos hasmoneus, o cargo de sumo sacerdote ampliou seu escopo além da mera proteção ao culto e à Lei, incorporando também responsabilidades de governante, diplomata e líder militar. Essa sobreposição de atribuições reconfigurou o traço essencial da chefia judaica e estabeleceu um padrão de liderança mista, no qual a aceitação política se baseava não só na descendência sacerdotal, mas igualmente na destreza para negociações e ações de guerra (Schürer, 2023, p. 262-263).

A junção entre o sacerdócio e o poder civil, conforme Eckhardt (2016, p. 56), permitiu o surgimento do primeiro Estado judeu autônomo desde o exílio babilônico. Contudo, o arranjo não se restringiu a uma mera resposta ao jugo estrangeiro; ele também indicou uma adaptação calculada da Judeia às engrenagens administrativas do Império Selêucida em enfraquecimento (Eckhardt, 2016, p. 57). Desse modo, os hasmoneus exploraram as brechas políticas e o desequilíbrio dos reinos helênicos para respaldar sua liderança, tanto perante a população quanto junto aos monarcas externos.

Os sumos sacerdotes hasmoneus, como Jônatas e Simão, tornaram-se exemplos dessa nova configuração de poder. Sua influência não se restringia ao território da Judeia, mas alcançava a esfera internacional, especialmente por terem obtido reconhecimento e privilégios de diversos pretendentes selêucidas ao trono (Eckhardt, 2016, p. 57-58).

Essa legitimação política reforçava o prestígio dos líderes judaicos, mas também implicava riscos: ao assumir prerrogativas civis e militares, o sacerdócio

perdeu parte de seu caráter sagrado e passou a ser questionado por setores mais conservadores da sociedade judaica.¹⁴

A ligação entre o sacerdócio e o Estado concedeu à Judeia um momento passageiro de autonomia e equilíbrio, embora a um preço severo. Enquanto reforçava o domínio interno e avivava o senso de nação entre os judeus, essa combinação minava os fundamentos espirituais que ancoravam sua liderança religiosa. Ao longo dos anos, os conflitos de dentro, as contendas por herança e o desvanecimento lento da santidade do cargo sacerdotal aceleraram o declínio do regime hasmoneu, facilitando o retorno de interferências externas e o advento do controle romano (Schürer, 2023, p. 313-314).

Um episódio marcante dessa erosão espiritual ocorreu sob Alexandre Janeu (103-76 a.C.), sumo sacerdote e rei hasmoneu, durante a Festa dos Tabernáculos (Sukkot). Ao rejeitar publicamente a tradição farisaica de libação de água no altar (conforme profetizado em Is 12.3) Janeu derramou o líquido no chão em desafio aberto, o que provocou a fúria do povo e um ataque com citrinos, acusando-o de ilegitimidade no ofício sacerdotal. Em retaliação, ele convocou mercenários estrangeiros para massacrar cerca de 6.000 judeus no próprio Templo, ato de profanação que não só simbolizou o colapso da santidade do cargo, mas também aprofundou as divisões internas entre fariseus e a elite saduceia, pavimentando o caminho para o enfraquecimento hasmoneu e a posterior intervenção romana.

A articulação entre o sacerdócio e o Estado concedeu à Judeia um intervalo breve de soberania e relativa harmonia, embora a um custo elevado. Essa fusão institucional consolidou o controle interno e fortaleceu o sentimento coletivo de identidade entre os judeus; contudo, ela também corroeu os fundamentos teológicos que sustentavam a autoridade espiritual dos líderes. Com o passar do tempo, esse arranjo político-religioso alimentou discórdias internas, rivalidades sucessórias e o progressivo esvaziamento da sacralidade do ofício sacerdotal, precipitando o declínio da dinastia hasmoneia e abrindo caminho para o retorno de influências externas e para a imposição do jugo romano (Schürer, 2023). Essa dinâmica ambígua de avanços e retrocessos não apenas marcou o ápice dessa liderança híbrida, mas

¹⁴ Hengel (1981, p. 305) analisa que a fusão de sacerdócio e realza pelos hasmoneus, ausente na tradição levítica, fortaleceu a independência judaica por meio de expansões territoriais, mas gerou um "trauma coletivo" e críticas radicais de fariseus e essênios, que viam nessa concentração de poder uma deturpação da pureza ritual e uma ameaça ao "zelo pela lei", fomentando divisões internas e um anarquismo religioso na observância da Torá.

também lançou as bases de uma transição inevitável, cujos efeitos se manifestam nas reconfigurações religiosas e políticas analisadas no capítulo subsequente, onde as consequências dessa fusão se tornam plenamente visíveis.

2.1 O rompimento com a tradição zadoquita

A tradição zadoquita, estabelecida desde os reinados de Davi e Salomão, reservava o sumo sacerdócio estritamente aos descendentes de Zadoque, conforme indicado nas Escrituras (cf. 1Rs 2.35; Ez 44.15-16). Esse padrão preservava, além da pureza dos ritos e da validade do culto, a firmeza do Templo como instituição, isolando o sacerdócio de ambições políticas e de contendias pelo trono (Schürer, 2023). A distinção entre o ofício religioso e o poder civil atuava, assim, como proteção à santidade da aliança mosaica e à essência espiritual de Israel.

O paradigma da tradição zadoquita sofreu uma ruptura acentuada no curso da revolta macabeia. Em meio ao desmoronamento do controle selêucida e às investidas da helenização, Jônatas, irmão de Judas Macabeu, recebeu a nomeação para sumo sacerdote em 152 a.C. pelas mãos de Alexandre Balas, soberano selêucida. Apesar de os hasmoneus integrarem a linhagem levítica através de Matatias, eles não provinham diretamente de Zadoque. A indicação de Jônatas, conforme relata Flávio Josefo em *Antiguidades Judaicas*, configurou uma estratégia política e religiosa destinada a salvaguardar a crença judaica em tempos de turbulência e a reerguer uma autoridade aceita perante o povo. Ao assumir o posto, Jônatas deu início ao sacerdócio hasmoneu, fundindo o comando militar ao ofício sacerdotal numa única figura e quebrando, dessa maneira, a reserva zadoquita que vigorara por gerações (2012, p. 590).

O contexto da ruptura com a tradição zadoquita enquadra-se na crise selêucida, deflagrada no reinado de Antíoco IV Epifânio (175–164 a.C.), marcado por profunda instabilidade no poder imperial. As derrotas consecutivas do Império Selêucida perante romanos e partos minuíam o domínio do soberano sobre suas terras, gerando um vácuo de autoridade que se estendeu à Judeia. Nesse quadro, Antíoco IV tentou reafirmar seu mando mediante uma helenização compulsória, forçando costumes culturais e litúrgicos gregos na gestão do Templo — ações que incitaram veemente oposição entre os defensores da Torá (Grabbe, 2010, p. 8–17).

A divisão da elite sacerdotal zadoquita surgiu sob essas pressões helenísticas: parte dela aderiu às reformas gregas para preservar vantagens e peso político, enquanto outra se opôs, sofrendo remoções ou caçadas. No vazio de mando criado por essa cisão, a casa hasmoneia posicionou-se como força que mesclava direção bélica e validade religiosa, guiando a volta dos ritos e a limpeza do Templo — fato depois honrado na festa de Hanucá, emblema da vitória da crença e da liberdade nacional.¹⁵

A subida dos hasmoneus ao sumo sacerdócio despertou oposição de círculos estritos, como os essênios, que viam os ocupantes recentes como sem direito e se isolaram em grupos como Qumran. Nos Manuscritos do Mar Morto, o Documento de Damasco e o Comentário de Habacuque indicam uma denúncia à direção religiosa do período, talvez lida como mancha do Templo, espelhando a devoção austera e à margem dos essênios, que esperavam um 'sacerdote fiel' (Russell, 2007, p. 58, 138).¹⁶

A institucionalização do sumo sacerdócio por Simão, em 140 a.C., marcou a primeira vez que a posição foi conferida por decisão política e aprovação popular, rompendo definitivamente com a tradição zadoquita. A assembleia popular que o confirmou ao cargo legitimou a criação de uma dinastia teocrática hereditária, onde a autoridade espiritual e civil se fundiam (Paul, 1983 p. 33).

A fusão do poder religioso com funções administrativas e militares redefiniu a noção de liderança judaica. Ao absorver prerrogativas civis e bélicas, o sumo sacerdote equiparou-se a arquétipos bíblicos como Moisés e Davi, que mesclavam autoridade espiritual e gerencial, respaldando teologicamente a concentração de mando na linhagem hasmoneia. Ainda assim, essa virada atenuou a pureza ritual do Templo, fomentando censuras e atritos internos que abalaram a coesão do povo judeu, ao mesmo tempo em que suscitava dilemas éticos e impulsionava movimentos

¹⁵ Flávio Josefo (2012, p. 560) descreve como as disputas pelo sacerdócio e as intervenções helenísticas de Antíoco IV culminaram na revolta dos Macabeus e na reconsagração do Templo, origem histórica da festa de Hanucá.

¹⁶ No contexto dos Manuscritos do Mar Morto, a rejeição essênica ao sacerdócio hasmoneu como corrupto — rotulado como “Sacerdote Ímpio” em textos como o Comentário de Habacuque — refletiu-se no Pergaminho do Templo (11QTemplo), que apresenta uma visão divina de um templo perfeito e puro, contrastando com o de Jerusalém. Os essênios, habitando o deserto em Qumran, aguardavam sua substituição celestial, crendo em revelação contínua que ajustava as escrituras anteriores para restaurar a pureza ritual, incluindo leis ampliadas de pureza e festas adicionais (Brown; Holzapfel, 2002, p. 115).

reformistas, como os essênios, em meio a crises de legitimidade (Athas, 2023, p. 250-255).¹⁷

Ao refletir sobre o processo delineado, o rompimento com a tradição zadoquita não pode ser visto como mero acidente histórico, mas como uma adaptação estratégica às circunstâncias extremas do período, emergindo como resposta necessária às turbulências que ameaçavam a sobrevivência judaica. Essa ruptura, embora eficaz para preservar a fé, a identidade nacional e a autonomia política diante das imposições helenísticas, introduziu uma liderança híbrida, inspirada em modelos como Moisés e Davi, que redefiniu o sacerdócio como instrumento de resistência e soberania. No entanto, tal evolução comprometeu a sacralidade tradicional do Templo, fomentando tensões sectárias e debates teológicos que fragmentaram a unidade do povo. Esse legado ambíguo, marcado por consolidações temporárias e divisões duradouras que se estenderam até o período romano, será examinado em maior profundidade no próximo capítulo, preparando o terreno para compreender suas implicações no contexto mais amplo do Judaísmo do Segundo Templo.

2.2 Os desafios da liderança híbrida

A consolidação da liderança híbrida pelos sumos sacerdotes hasmoneus, que mesclava deveres culturais, gerenciais e bélicos abrangendo desde rituais no Templo até comandos armados e negociações diplomáticas, marcou uma novidade única na trajetória judaica, redefinindo a essência do poder e da autoridade no período intertestamental. Esse padrão facilitou, inicialmente, uma resistência unificada contra ameaças externas, ao vincular o peso espiritual do sacerdócio à ação armada, o que motivava e unia o povo em torno de uma meta compartilhada: a defesa da fé e da independência diante da tirania selêucida. Ademais, reforçou a legitimidade interna do Estado judeu, pois os hasmoneus, ao invocarem a bênção divina do Templo, apresentavam as decisões políticas como reflexos da vontade de Deus, promovendo coesão em uma sociedade fragmentada por tensões culturais. No governo de João

¹⁷ A fusão das funções religiosas com prerrogativas civis e militares comprometeu a santidade do Templo e provocou intensos questionamentos éticos acerca da fidelidade à lei, desencadeando crises de legitimidade na liderança judaica (Athas, 2023). Esse cenário favoreceu o surgimento de movimentos reformistas, entre os quais se destaca o Essênismo inicial — uma secessão hasídica liderada pelo Mestre da Justiça por volta de 150 a.C., que denunciava nos governantes hasmoneus uma forma de “secularização” profanadora, antagônica ao “zelo pela lei” e à pureza ritual (Hengel, 1981, p. 224–228).

Hircano I (134-104 a.C.), o alargamento territorial destacou-se como sinal dessa tática, com a anexação da Idumeia, terra ao sul povoada por edomitas, rivais ancestrais dos judeus, onde Hircano decretou adesões compulsórias ao judaísmo, demandando a circuncisão e o seguimento da Torá — medida que neutralizava ameaças, mas semeava ressentimentos futuros (Schürer, 2023, p. 295).

A conquista da Samaria constitui exemplo notável desse processo. Povo de tradição própria, os samaritanos reverenciavam o Monte Gerizim como centro de culto e possuíam uma versão do Pentateuco que legitimava seu santuário em oposição ao de Jerusalém. A destruição do templo samaritano por Hircano, por volta de 128 a.C., simbolizou uma tentativa rigorosa de centralizar o culto em Jerusalém e eliminar disputas teológicas que questionavam a supremacia religiosa judaica (Josefo, 2012, p. 614; Tognini, 2009, p. 120).

O ato intensificou o cisma entre judeus e samaritanos, reforçando a centralidade do Templo de Jerusalém, mas também aprofundando divisões regionais que fragilizaram a coesão nacional. A iniciativa refletia, ao mesmo tempo, o propósito político e religioso dos hasmoneus de unificar a população sob uma identidade judaica comum, consolidando sua autoridade como guardiães da fé e da soberania. As medidas, embora tenham fortalecido o Estado a curto prazo, acabaram por acentuar tensões com grupos internos e externos, evidenciando os limites da liderança híbrida em sustentar uma coesão duradoura (Josefo, 2012, p. 611–618).

O surgimento de divisões sectárias configurou um obstáculo chave dessa direção híbrida. Os fariseus, fiéis à leitura oral da Lei e à prática diária, censuravam a união dos hasmoneus com os saduceus, grupo nobre mais receptivo ao helenismo. No reinado de Alexandre Janeu, esses atritos explodiram em uma guerra civil devastadora. Os eventos foram marcados por crucificações de fariseus opositores, prática rara no contexto judaico tradicional, mas inspirada na influência helenística grega, que a utilizava como forma de punição extrema e humilhante (Josefo, 2012, p. 628). Naquele mesmo tempo, os essênios emergiram, isolando-se em sítios como Qumran, negando o Templo manchado e cultivando uma devoção austera e à parte, o que expunha o fracionamento da sociedade judaica e o nascer de vias alternativas de peso religioso.¹⁸

¹⁸ Russell oferece mais informações sobre as seitas, explorando em detalhes as práticas dos fariseus na interpretação da Lei oral, a aliança dos saduceus com a elite sacerdotal e o isolamento ascético dos

A institucionalização do sumo sacerdócio como posto hereditário surgiu como elemento chave de tensão na ordem hasmoneia, formalizada por Simão durante seu governo (141-134 a.C.). Essa decisão transformou o ofício sagrado, tradicionalmente reservado a sacerdotes levitas selecionados por mérito ou designação divina, em um privilégio exclusivo da família hasmoneia, estabelecendo uma sucessão baseada em laços de sangue. Essa mudança desencadeou intensas disputas sucessórias internas, como as registradas entre João Hircano I e seus irmãos, ou mais tarde entre Aristóbulo I e seus rivais, onde ambições pessoais frequentemente prevaleceram sobre os interesses coletivos da nação (Josefo, 2012, p. 614-620). Tais rivalidades não apenas fragmentaram a coesão política, ao criar facções leais a diferentes herdeiros, mas também abalaram a unidade religiosa da Judeia, pois a santidade do sumo sacerdote passou a ser questionada por setores da sociedade que viam o cargo como manchado por ambições hereditárias (Schürer, 2023, p. 327-338). Essas fragilidades inerentes à liderança híbrida, ao se agravarem, delinearam o terreno para as pressões políticas e militares que se impuseram aos hasmoneus, tema que será explorado no subcapítulo seguinte, revelando como tais tensões pavimentaram o caminho para o declínio da autonomia judaica.

2.3 Pressões políticas e militares

A liderança híbrida consolidada pelos hasmoneus, que articulava o sacerdócio com funções civis e militares, enfrentou desafios crescentes diante das pressões políticas e bélicas de potências estrangeiras, transformando a autonomia conquistada na revolta macabeia em uma soberania marcada por incertezas. Nos primórdios desse arranjo, os selêucidas impuseram-se como a força dominante responsável por moldar o equilíbrio de poder, exigindo dos governantes judeus uma negociação constante para preservar algum grau de independência, como se observa nas tensões iniciais da dinastia (Paul, 1983, p. 24–32).¹⁹

essênios em Qumran, enriquecendo a compreensão das divisões religiosas do período (Russel, 2007, p. 49-59).

¹⁹ Schürer (2023, p. 287–294) analisa as negociações selêucidas-hasmoneias sob João Hircano I (134–104 a.C.), enfatizando tratados como o de 133 a.C., que asseguraram autonomia interna à Judeia em troca de tributos anuais e lealdade nominal ao trono selêucida, permitindo expansão territorial sem confronto direto.

A libertação do domínio selêucida permitiu que João Hircano I, ao suceder Simão no ofício de sumo sacerdote, buscasse alianças capazes de garantir a continuidade do governo judaico autônomo, embora enfrentasse dificuldades como o pagamento de tributos e a necessidade de reconhecer a soberania estrangeira. Esse período foi marcado por provações imediatas, entre elas o prolongado cerco conduzido por Antíoco VII Sidetes, que obrigou Hircano a aceitar termos de rendição, interrompendo temporariamente a independência política de Israel. Ainda assim, os conflitos internos pela sucessão ao trono sírio ofereceram oportunidade para recuperar parte da autonomia perdida, mesmo sob uma sujeição que expôs as fragilidades internas do regime, evidentes nas sucessões conturbadas e nas disputas entre facções religiosas (Josefo, 2012, p. 614).

O enfraquecimento progressivo do poder selêucida permitiu que Roma explorasse as divisões internas da Judeia para consolidar sua influência, especialmente após os hasmoneus recorrerem a alianças com essa potência ocidental como meio de proteção contra rivais regionais (Surburg, 1975, p. 56). Tal decisão mostrou-se onerosa, culminando na intervenção de Pompeu em 63 a.C., que arbitrou o conflito entre Hircano II e Aristóbulo II, impôs tributos pesados e reconfigurou a Judeia como uma entidade subordinada, restringindo sua autonomia política.

As disputas internas, agravadas pelas políticas expansionistas de Hircano I e por sua inclinação às tendências helenísticas já apontadas como fator de distanciamento das tradições religiosas anteriores (Paul, 1983, p. 34–35), facilitaram o avanço romano e marcaram o declínio da soberania hasmoneia. A sujeição a Roma impôs novos desafios ao ofício sacerdotal, que passou a organizar defesas sem violar as prescrições religiosas que limitavam determinadas práticas militares, ao mesmo tempo em que administrava as tensões entre facções internas sob a vigilância constante do poder estrangeiro. A pressão externa redefiniu a natureza do sacerdócio, deslocando-o de uma função essencialmente sagrada para um cargo permeado por interesses políticos, o que aprofundou os questionamentos quanto à sua legitimidade espiritual.

As demandas políticas e militares, ao ultrapassarem o campo de batalha, alcançaram a esfera religiosa e instauraram tensões entre as expectativas romanas e a identidade judaica. A autorização romana para a continuidade dos rituais no Templo de Jerusalém, embora aparente gesto de tolerância, exigia uma lealdade que frequentemente se chocava com os princípios monoteístas, ferindo o núcleo espiritual

do povo. A fusão entre poder religioso e político, concebida inicialmente como estratégia de resistência, converteu-se, assim, em fragilidade exposta diante da ingerência estrangeira. A guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II exemplificou de modo emblemático essa vulnerabilidade, ao revelar divisões internas que pavimentaram o caminho para a intervenção romana²⁰, demonstrando como pressões externas souberam explorar as fissuras locais (Allegro, 2015, p. 120-131).

As imposições políticas e militares, não apenas testaram a capacidade administrativa dos sumos sacerdotes, mas também evidenciaram os limites do modelo híbrido de poder, contribuindo para a erosão da autonomia judaica e para a reconfiguração das esperanças espirituais que emergiriam no período do Novo Testamento. Essas transformações, ao mesmo tempo políticas e teológicas, prepararam o terreno para um novo estágio da história judaica sob domínio estrangeiro, no qual a perda de soberania civil se entrelaçaria à redefinição da fé e das instituições religiosas. É nesse contexto que se tornam mais visíveis as consequências para a autonomia judaica e para o próprio judaísmo, tema que orientará a análise do capítulo seguinte.

²⁰ A intervenção romana na Judeia foi facilitada não apenas pelas divisões entre Hircano II e Aristóbulo II, mas também pela astúcia de Antípater, um idumeu que manipulou as rivalidades internas para ganhar influência junto a Roma. Sua aliança com Hircano e os nabateus, seguida pela bajulação a Pompeu, exemplifica como as fraquezas locais foram exploradas por interesses externos (Allegro, 2015, p. 123-127).

3 CONSEQUÊNCIAS PARA A AUTONOMIA JUDAICA E O JUDAÍSMO

As consequências da fusão entre o sacerdócio e o governo estabelecida pela dinastia hasmoneias são analisadas aqui ao se examinar o impacto da dominação selêucida e romana, a redefinição do papel dos sumos sacerdotes e os reflexos produzidos no pensamento religioso e político do Novo Testamento. A investigação procura esclarecer se essa integração de poderes fortaleceu ou comprometeu a soberania de Israel e de que modo esse arranjo político-religioso influenciou as tensões entre fé e autoridade que marcaram o surgimento do cristianismo primitivo (Grabbe, 2010, p. 8–17).

A dominação estrangeira atuou como fator crucial nessa evolução. Os selêucidas sob Antíoco IV Epifânio impuseram a helenização forçada, desafiando a identidade judaica e desencadeando na revolta macabeia. Apesar da resistência hasmoneia e recuperação do Templo, a soberania permaneceu frágil, culminando em submissão a Roma após intervenção de Pompeu em 63 a.C. (Schürer, 2023, p. 292–294). Essa mudança transformou a Judeia em província subordinada, redefinindo o sacerdócio de guardião espiritual para mediador político e acentuando tensões entre fé e poder.

O papel de sumos sacerdotes alterou-se profundamente. A nomeação hereditária instituída por Simão em 140 a.C. deslocou foco de pureza ritual para sobrevivência política, tornando cargo vulnerável a influências externas. Líderes como João Hircano I e Hircano II exemplificam transição, equilibrando poder com negociações que diluíram sacralidade tradicional. Essa evolução fomentou esperanças messiânicas, pois a desilusão com lideranças político-sacerdotais que falharam em restaurar justiça divina alimentou a expectativa de um Messias que unificasse fé e poder sob autoridade de Deus — tema recorrente nas pregações de Jesus e nas cartas paulinas (Brown; Holzapfel, 2012, p. 62–65).

As transformações desse período repercutiram profundamente no pensamento religioso e político do Novo Testamento. A opressão romana, aliada à percepção generalizada de corrupção no sacerdócio, acirrou as expectativas por um messias libertador, moldando desde as revoltas dos zelotes até as teologias de Jesus — centradas em um reino espiritual — e de Paulo, com sua ênfase na nova aliança. Inicialmente, a fusão entre autoridade sacerdotal e poder político proporcionou uma resistência vigorosa, mas acabou minando a autonomia judaica, deixando um legado

de divisões que definiu as dinâmicas religiosas e políticas posteriores. Essa análise revela como tais tensões serviram de alicerce para as expectativas messiânicas e espirituais que se concretizaram no Novo Testamento, ilustrando a interação intrincada entre fé, política e identidade cultural.

3.1 O Impacto da Influência Estrangeira (Selêucidas e Roma)

A influência estrangeira dos selêucidas e de Roma reconfigurou profundamente a autonomia judaica no período intertestamentário, moldando as estruturas políticas e a identidade religiosa da Judeia de forma duradoura. A pressão selêucida inicial sob Antíoco IV Epifânio (175-164 a.C.) adotou uma helenização coercitiva com o objetivo de unificar o império, impondo cultos pagãos no Templo de Jerusalém e proibindo rituais judaicos essenciais, como a circuncisão e a observância do sábado (Schürer, 2023, p. 230).

Essas medidas, interpretadas como um ataque direto à identidade judaica, desencadearam a revolta macabeia liderada por Matatias e seus filhos, culminando na purificação do Templo em 164 a.C. A resposta hasmoneia uniu o sacerdócio ao comando militar, fortalecendo a coesão nacional de maneira temporária. A independência conquistada, porém, revelou-se precária nas negociações de João Hircano I com Antíoco VII Sidetes por volta de 132 a.C., que exigiram tributos pesados e demonstrações de lealdade ao Império Selêucida, evidenciando a fragilidade da soberania judaica (Surburg, 1975, p. 52).

O projeto selêucida fazia parte de um processo mais amplo de integração cultural iniciado após as conquistas de Alexandre, o Grande. A helenização, inicialmente um intercâmbio cultural, transformou-se em imposição de Antíoco IV, dividindo as elites helenizantes, como os Tobiadas, dos tradicionalistas hasidim (Skarsaune, 2004, p. 26-27). Os hasmoneus exploraram essa divisão para mobilizar apoio popular, mas dependiam de tratados como o firmado com Demétrio II em 142 a.C. para manter a estabilidade. Essas alianças concediam isenções fiscais temporárias, mas inseriam práticas helenísticas administrativas, como a cunhagem de moedas com inscrições gregas, sinalizando uma adaptação pragmática ao contexto imperial. Essa conciliação suscitou críticas internas severas, com os fariseus questionando a legitimidade de líderes que aparentavam comprometer a integridade da Lei (Josefo, 2012, p. 618).

O declínio selêucida no final do século II a.C. elevou Roma como potência dominante, explorando as divisões judaicas internas para consolidar o controle. A guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II, agravada por rivalidades sectárias, levou à intervenção de Pompeu em 63 a.C.²¹ Hircano II, nomeado etnarca, administrou sob supervisão romana rigorosa, condicionando a continuidade dos rituais do Templo à lealdade imperial (Josefo, 2012, p. 644). Essa subordinação restringiu a autonomia política de forma significativa e aprofundou tensões internas, com os fariseus contestando um sacerdócio que conciliava interesses espirituais com demandas imperiais.

A pressão romana, diferentemente da flexibilidade cultural selêucida, caracterizou-se por uma administração sistemática que integrou a Judeia ao aparato colonial. A tributação destinada a sustentar as legiões romanas era percebida como afronta à soberania divina, culminando em revoltas como a desencadeada pelo censo de Quirino em 6 d.C. — episódio que, somado à entrada de Pompeu no Santo dos Santos em 63 a.C., considerada profanação apesar de o general ter deixado o espaço intacto e ordenado a continuidade do culto, simbolizou a perda de autonomia religiosa e política, tornando o sumo sacerdócio dependente de aprovação estrangeira e fomentando movimentos nacionalistas como os zelotes (Vermes, 2014, p. 53- 59).

Essa tensão entre lealdade ao império e fidelidade à Torá colocou os sumos sacerdotes em posição delicada, pois precisavam equilibrar demandas romanas, como o fornecimento de tropas auxiliares, com restrições religiosas que limitavam envolvimento em conflitos seculares (Brown; Holzapfel, 2002, p. 81). A nomeação de sacerdotes por influência política, frequentemente sob aval romano, minou ainda mais a legitimidade espiritual do sacerdócio, alimentando críticas de grupos como os fariseus e os essênios.

As influências selêucida e romana também fragmentaram o tecido social e religioso da Judeia. Enquanto os Selêucidas incentivaram divisões entre helenizantes e tradicionalistas, Roma explorou rivalidades sectárias, favorecendo os saduceus, que se alinhavam ao pragmatismo imperial, em detrimento dos fariseus, defensores

²¹ A intervenção de Pompeu em 63 a.C. não apenas resolveu a guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II em favor do primeiro, mas resultou na perda significativa de territórios judaicos, incluindo cidades costeiras, Samaria e a Decápole, com a Judeia integrada à província romana da Síria sob tributos e administração externa (Aleegro, 2015, p. 130-131).

zelosos a tradição da torá²². Essa polarização levou comunidades como os essênios a se retirarem para Qumran, onde desenvolveram teologias apocalípticas que reinterpretavam a opressão como parte de um plano divino. A literatura apocalíptica, como o Livro de Enoque, reflete essa reorientação espiritual, com visões de um reino eterno que contrastavam com a submissão política (Athas, 2023, p. 202-205). Assim, a perda de autonomia política estimulou uma resiliência espiritual, com o fortalecimento de esperanças messiânicas baseadas em textos como Daniel 7.13-14, que prenunciavam uma redenção divina.

A análise dessas dinâmicas sugere que a fusão entre sacerdócio e governo, concebida inicialmente como uma resposta eficaz à opressão selêucida, revelou-se insustentável diante da pressão romana, que soube explorar as divisões internas da Judeia. Argumenta-se que a interação entre forças externas e fragilidades locais não apenas acelerou a erosão da soberania, mas também catalisou uma transformação teológica, deslocando o foco da restauração política para a redenção espiritual. Essa redefinição da identidade judaica, marcada pela resistência cultural e pela expectativa messiânica, preparou o terreno para profundas mudanças religiosas no período do Segundo Templo. Em continuidade, a discussão dedicará atenção à redefinição do papel dos sumos sacerdotes, examinando como essas pressões externas moldaram a função sacerdotal e influenciaram as complexas relações entre religião e política no judaísmo tardio.

3.2 A Redefinição do Papel dos Sumos Sacerdotes

A fusão entre sacerdócio e governo no período hasmoneu provocou redefinição profunda do papel dos sumos sacerdotes, transformando-os de guardiões espirituais da Lei em figuras políticas influenciadas por pressões internas e externas. A nomeação de Jônatas como sumo sacerdote em 152 a.C. por Alexandre Balas rompeu a tradição zadoquita, que limitava o cargo à linhagem de Zadoque, e introduziu liderança pragmática unindo funções religiosas a comando militar contra helenização selêucida (Grabbe, 2010, p. 17–18). Essa decisão, confirmada por Simão em 140 a.C. com apoio popular, criou dinastia hereditária onde legitimidade espiritual competia com autoridade política, reposicionando sacerdócio como ferramenta de resistência e

²² O domínio romano explorou rivalidades sectárias pré-existentes, favorecendo saduceus como mediadores imperiais e marginalizando fariseus pela ameaça à estabilidade colonial (Vermes, 2014).

administração em crise. A transição inicial atendeu adaptação a ameaças externas, mas iniciou secularização gradual do cargo.

O sacerdócio sob João Hircano I (134-106 a.C.) ganhou caráter expansionista e administrativo, evidente na destruição do templo samaritano no Monte Gerizim por volta de 128 a.C. e na imposição de circuncisão aos idumeus, ações para unificar Judeia sob identidade religiosa coesa contrapressões selêucidas e romanas (Tognini, 2009, p. 116-121). Essas medidas fortaleceram controle territorial, mas aproximaram sumos sacerdotes das elites saduceias inclinadas ao helenismo, distanciando-os da pureza espiritual macabeia.

A aliança com saduceus, aristocracia aberta ao helenismo, contrariou valores da revolta macabeia centrados na Lei. Essa mudança gerou resistências: fariseus defenderam interpretação rigorosa da Lei oral; essênios rejeitaram Templo corrompido, retirando-se para Qumran com espiritualidade ascética e críticas à secularização sacerdotal (Russell, 2007, p. 49-59). Os conflitos internos revelaram fragilidades do modelo híbrido conciliando tradição religiosa e exigências políticas em fragmentação crescente.

A guerra civil entre Hircano II e Aristóbulo II, agravada por intervenção romana em 63 a.C., expôs limites dessa redefinição. A resolução por Pompeu nomeou Hircano II etnarca em vez de rei, subordinando-o a Roma e convertendo sumo sacerdote em administrador colonial (Surburg, 1975, p. 56). Essa alteração representou perda substancial de autonomia, pois cargo antes focado em rituais como Yom Kippur passou a depender de aprovações externas, incluindo Antipater, pai de Herodes, cuja influência cresceu sob domínio romano.

A submissão romana deslocou ênfase da pureza ritual para sobrevivência política, gerando tensão permanente entre funções tradicionais e demandas estrangeiras (Paul, 1983, p. 41-44). Essa evolução teve impactos profundos na percepção do sacerdócio. A sacralidade original do cargo foi gradualmente erodida, alimentando críticas que se intensificaram no Novo Testamento com figuras como Caifás. O sumo sacerdote entre 18 e 36 d.C. exemplificou essa transformação ao mediar entre Roma e as tradições judaicas, destacando-se no julgamento de Jesus (Jo 18.13-14), onde priorizou a estabilidade política ao condenar um potencial agitador. Essa colaboração com Roma consolidou a imagem de um sacerdócio comprometido, perdendo o controle espiritual que outrora definia sua autoridade. A eficácia inicial contra os Selêucidas — quando a unificação do culto e a resistência

cultural preservaram o Templo — contrastou com a adaptação que enfraqueceu a autonomia judaica, convertendo os sumos sacerdotes em mediadores subordinados a interesses coloniais (Skarsaune, 2004, p. 92–96).²³

A perda de controle espiritual abriu espaço para alternativas religiosas. As comunidades essênias buscaram renovação em Qumran, onde um grupo proveniente da tradição hassídica se retirou para o deserto da Judeia sob a liderança do Mestre da Justiça, formando os “Pactuantes de Qumran” — identificados com os essênios — que acreditavam viver uma “nova aliança” em preparação à era messiânica. Textos como o Documento de Damasco e o Comentário de Habacuque condenavam a corrupção sacerdotal e antecipavam um “sacerdote justo” que restauraria a pureza ritual e a fidelidade à Lei (Russell, 2007, p. 56–59). Essa busca por renovação, intensificada pela opressão romana, influenciou esperanças de redenção que se fortaleceram nos anos seguintes. A redefinição do sacerdócio não apenas respondeu às pressões externas, mas também impulsionou uma transformação religiosa que culminou no cristianismo primitivo. A tensão entre funções rituais e políticas, agravada pela submissão a Roma, deixou um legado de divisões que moldou as dinâmicas do judaísmo e preparou o terreno para novos movimentos espirituais.

A transição do sacerdócio hasmoneu foi marcada por desafios de coesão interna. A nomeação hereditária garantiu continuidade, mas intensificou disputas sucessórias, como entre Hircano I e seus irmãos, fragilizando a liderança. Essa instabilidade, combinada com a aliança com os saduceus, aprofundou a divisão com os fariseus, que viam na secularização uma traição aos valores macabeus. O reinado de Alexandre Janeu (103–76 a.C.) expôs a fragilidade do modelo híbrido com a execução de fariseus — já mencionada nos capítulos anteriores — por divergências políticas, intensificando as divisões sectárias. A intervenção romana aproveitou essas fissuras, impondo uma governança que subordinou o sacerdócio a interesses coloniais. Essa dependência transformou o sumo sacerdote em um mediador entre o povo e o poder estrangeiro, um papel que culminou em figuras como Anás e Caifás, cujas decisões no Sinédrio refletiram a submissão a Roma.

²³ Skarsaune observa que o processo de helenização e posterior domínio romano não apenas alterou a estrutura administrativa do Templo, mas também o significado teológico do sacerdócio. O sumo sacerdote, antes visto como representante da santidade nacional diante de Deus, passou a funcionar como agente de negociação com o império, um “sacerdote político”, cuja lealdade se inclinava mais à estabilidade civil do que à pureza cultural (2004, p. 93–94).

A redefinição do sacerdócio hasmoneu demonstrou uma notável capacidade de adaptação apesar dos desafios. A unificação territorial sob Hircano I e a resistência inicial contra os Selêucidas foram conquistas que preservaram a identidade judaica em meio à crise. O custo dessa flexibilidade foi elevado: a perda de autonomia espiritual e política deixou o povo vulnerável às interferências externas e dividido internamente. A busca por renovação, observada nas comunidades essênias e na resistência farisaica, evidencia a persistência de um ideal de pureza e fidelidade à Lei. Esse legado — de resistência e acomodação — influenciou profundamente as dinâmicas religiosas que mais tarde se refletiriam no ambiente do Novo Testamento, onde o sacerdócio redefinido seria objeto de crítica e também de ressignificação.

A influência romana acentuou a dependência política do cargo sacerdotal, conforme relatada por Flávio Josefo (2012).²⁴ A nomeação de sumos sacerdotes por autoridades estrangeiras, como no caso de Anás e Caifás, esvaziou o caráter sagrado da função e a submeteu a interesses coloniais. Essa transformação produziu um deslocamento do centro da autoridade religiosa: o poder, antes concentrado no Templo, começou a migrar para o campo da interpretação da Lei e para as comunidades que buscavam novas formas de expressão da fé. A reconfiguração do sacerdócio foi decisiva para o surgimento de novas leituras teológicas e espirituais que culminariam na compreensão messiânica do cristianismo primitivo (Skarsaune, 2004, p. 92–96).²⁵

O sacerdócio hasmoneu garantiu a sobrevivência nacional diante das ameaças helenísticas e romanas, preparando o terreno para uma profunda transformação do pensamento religioso judaico. As tensões entre fé e poder, pureza e pragmatismo, resistência e cooptação delinearam um cenário fértil para o surgimento de novas interpretações sobre autoridade, mediação e redenção. O contexto marcado por rupturas e continuidades permite compreender as influências do judaísmo tardio sobre o pensamento religioso e político do Novo Testamento.

²⁴ Josefo descreve como, sob o domínio romano, a nomeação dos sumos sacerdotes passou a depender diretamente dos governadores e procuradores imperiais, rompendo com a tradição hereditária e corrompendo a autoridade espiritual do ofício. (2012, p. 829–836).

²⁵ Skarsaune destaca que a perda da centralidade sacerdotal e o deslocamento da autoridade para a interpretação da Lei e para o Messias foram fatores determinantes para a teologia cristã nascente. (2004, p. 92–96).

3.3 Influências no Pensamento Religioso e Político do Novo Testamento

As mudanças trazidas pela liderança híbrida dos hasmoneus e pela interferência de potências externas deixaram impactos claros no pensamento religioso e político do Novo Testamento, moldando ideias sobre autoridade, esperança de salvação e relação entre o sagrado e o mundo secular no início do cristianismo (Hengel, 1981, p. 313).²⁶ A perda gradual da independência judaica sob o domínio romano, agravada pelas divisões internas originadas na era hasmoneia, intensificou expectativas por um libertador que não fosse apenas político, mas também agente de restauração espiritual. As narrativas dos Evangelhos apresentam essa espera ao retratar a opressão como oportunidade para transformação mais profunda, refletindo uma sociedade fragmentada: zelotes defendiam resistência armada contra Roma, enquanto fariseus priorizavam a obediência cotidiana à Torá como forma de preservar a identidade cultural e religiosa (Tognini, 2009, p. 152–157, 169–170). As diferenças relacionadas às instabilidades herdadas do período hasmoneu configuraram um cenário plural que marcou os textos neotestamentários e evidenciou o dilema entre adaptação e resistência diante do poder estrangeiro.

A mudança no papel dos sumos sacerdotes, resultante da ruptura com a tradição zadoquita e da combinação de funções administrativas e militares, afetou diretamente o contexto apresentado no Novo Testamento. A atuação desses líderes sob domínio romano os colocava como mediadores entre as exigências imperiais e as práticas religiosas judaicas, levando-os a priorizar a estabilidade política mesmo quando isso implicava flexibilizar a pureza ritual. A estratégia adotada por governantes hasmoneus, como João Hircano I, que por volta de 132 a.C. aceitou tributos e declarou lealdade a Antíoco VII Sidetes para garantir a autonomia da Judeia, ilustra de maneira clara essa postura (Schürer, 2023, p. 290).

A postura no século I d.C. gerou dúvidas sobre legitimidade espiritual do sumo sacerdócio, evidenciada no Evangelho de João, em que um líder declara que convém que um só homem morra pelo povo, priorizando estabilidade política sob pressão

²⁶ Como observa Skarsaune (2004, p. 93), os sumos sacerdotes hasmoneus forjaram uma liderança híbrida que unia realeza e sacerdócio, capaz de moldar profundamente o pensamento político e religioso judaico, ressonância que se reflete nas expectativas apocalípticas de um messias não político (Athas, 2023, p. 348).

romana (Jo11.49–50; cf. Josefo, 2012, p. 829).²⁷ Em resposta, os textos neotestamentários oferecem uma visão que quebra esse modelo misto: Jesus separa deveres civis e espirituais ao dizer "Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Mt 22.21; Mc 12.17; Lc 20.25). Essa ideia critica a mistura de poderes hasmoneu e promove uma fidelidade a Deus sem laços políticos (Skarsaune, 2004, p. 93).²⁸

A subordinação política e atuação por conveniência do sumo sacerdócio corroeu legitimidade espiritual e confirmou crise de autoridade que antecedeu o cristianismo. Embora fontes não cite frase de Caifás (Jo 11.49–50), contexto histórico e político fundamenta percepção de que autoridade religiosa priorizava interesses práticos e políticos (Josefo, 2012, p. 925).²⁹ O cenário da Judeia vulnerável a influências externas incentivou teologia valorizando consciência pessoal acima de estruturas governamentais.

O distanciamento do centro religioso pelos essênios, motivado por percepções de impureza no Templo durante era hasmoneia, contribuiu para mudança de foco espiritual. Comunidades como Qumran cultivaram vida rigorosa e aguardavam intervenção divina, criticando líderes corruptos e prevendo restauração autêntica (Russell, 2007, p. 57–59). As reflexões joaninas sobre renovação espiritual e santidade sugerem ligação entre mediador divino e superação de falhas passadas³⁰. A divisão ocasionada pelo domínio romano explorou diferenças, incentivando novas formas de vivência da fé e enriquecendo narrativas que destacam experiência individual da crença.

O poder romano, que tornou a Judeia província dependente após Pompeu em 63 a.C., provocou profundas transformações na vida política e religiosa do judaísmo. A antiga estrutura hasmoneia, marcada por disputas sucessórias e adoção parcial de

²⁷ Josefo registra Caifás como sumo sacerdote nomeado por Roma, cuja decisão pragmática reflete a subordinação espiritual à estabilidade imperial — herança da “liderança híbrida hasmoneia”. (2012, p. 829)

²⁸ Skarsaune (2004, p. 93) identifica a “fusão hasmoneia de autoridade religiosa e política” como raiz da corrupção sacerdotal, enquanto Hengel (1981, p. 313) a qualifica como “tragédia” da piedade nacional-política, inviabilizando reformas internas e levando o cristianismo a romper radicalmente com a Torah ontology ao separar sagrado e secular.

²⁹ Josefo (2012, p. 925) documenta destituições por Herodes/Roma (ex.: remoção de Jesus filho de Sias e concessão de Cláudio a Agripa I), execução oportunista de Tiago, irmão de Jesus, por Anano em vácuo de poder (Festo-Albino), e a “poluição política” do sacerdócio (Schürer, 2023, vol. 2. p. 303-314) — evidenciando a subordinação do sagrado ao secular e a crise de legitimidade espiritual.

³⁰ Conforme Skarsaune (2004, p. 141–142; 264), o Evangelho de João expressa essa redefinição da santidade e do culto ao apresentar Jesus como aquele que substitui o Templo e encarna a presença divina (“a Palavra se fez carne e tabernaculou entre nós”, Jo 1.14).

costumes helenísticos, revelou-se incapaz de sustentar unidade nacional e espiritual. O contato crescente com cultura grega inseriu pensamento religioso judaico em novas realidades linguísticas e culturais, ampliando horizonte teológico e social do período (Hengel, 1981, p. 105–106; Josefo, 2012, p. 644).

O domínio romano, embora opressivo, proporcionou espaço de reflexão sobre relação entre fé, identidade e poder. Entre pensadores do século I, Paulo de Tarso representou resposta teológica significativa às tensões culturais e políticas: desenvolveu ideia de justiça de Deus manifestada pela fé, e não pela observância ritual da Lei, ampliando alcance da aliança divina além das fronteiras étnicas judaicas (Rm 3.21–30; Gl 3.26–29). A compreensão paulina, formulada em meio à submissão ao poder imperial, redefiniu a esperança messiânica ao transformar a perda da autonomia política de Israel em oportunidade para afirmar uma comunhão espiritual de caráter universal. Paulo propôs um novo modo de pertencimento: uma comunidade que não se fundamenta em ritos distintivos nem em ascendência étnica, mas na fé que une e no amor que orienta a vida comum. Dessa forma, ele ressignificou a herança judaica enquanto respondia às pressões históricas do mundo romano,³¹ ampliando-a para um horizonte inclusivo e espiritual.

O controle romano também influenciou concepções sobre fim dos tempos no Novo Testamento, como em Apocalipse, que apresenta derrota de opressores como triunfo divino (Athas, 2023, p. 202–205). A imagem de vitória final, relacionada a frustrações com independência frágil dos hasmoneus, conecta-se às esperanças cristã de reino além da política. As alianças hasmoneias com saduceus, que aceitaram helenismo em busca de estabilidade, contrastaram com fariseus, defensores da tradição oral, gerando desconfiança explorada nos textos neotestamentários ao criticar líderes que priorizavam aparência externa sobre interioridade da fé (Shurer, vol. 2, p. 504–531).

A crítica de Jesus à religiosidade formalista reforça espiritualidade que rejeita fusão entre poder e devoção, propondo comunidade pautada na lealdade a Deus e não em cargos oficiais. A postura de Jesus, próxima aos fariseus da escola de Hillel,

³¹ Cf. Hengel (1981, p. 105–106); Josefo (2012, p. 644). A obra de Hengel demonstra como a penetração da cultura grega na elite sacerdotal judaica provocou uma hibridização cultural e gerou tensões internas, cenário que contextualiza a emergência de novas interpretações teológicas sobre fé e comunidade. Nesse contexto, Paulo desenvolve a ideia de que a justiça de Deus se manifesta pela fé, e não pela observância ritual da Lei, ampliando o alcance da aliança divina para além das fronteiras étnicas judaicas (Rm 3.21–30; Gl 3.26–29) e oferecendo uma resposta espiritual e comunitária às tensões de um mundo dividido entre submissão e resistência ao poder romano.

evidencia originalidade ao atender marginalizados e enfatizar radicalidade de amor e mensagem.

As expectativas por um restaurador, intensificadas por lutas contra selêucidas e vassalagem romana, reinterpretaram-se no cristianismo como vinda de guia sacrificial, oferecendo salvação além do político. A síntese de ensinamentos tradicionais e inovação espiritual distingue Jesus de correntes farisaica, saduceu e essênia, instaurando nova totalidade de sentido no judaísmo do primeiro século.

As narrativas de crucificação e ressurreição evidenciam transformação, contrapondo-se a ideais de luta armada e revelando como divisões sectárias do judaísmo tardio influenciaram teologias voltadas à mudança interior. A variedade de perspectivas neotestamentárias, da ênfase joanina na divindade de Cristo à paulina na justiça pela fé, expressa conflitos entre aceitar ou resistir a Roma, aprofundando visões de salvação que articulam período intertestamentário ao cristianismo primitivo³².

A crítica à autoridade religiosa distorcida, junto a imagens escatológicas, revela consequências da antiga união sacerdotal, que, embora tenha protegido contra ameaças externas, gerou rupturas transformadoras do cenário religioso. O papel de grupos como zelotes, fariseus e essênios, assim como perspectivas de Jesus e Paulo, exemplifica transição de fé estruturada em coletividades para espiritualidade mais pessoal. A trajetória de tensões e adaptações não se limita ao passado, convocando reflexão teológica contemporânea, abrindo espaço para leitura que relacione antigas e novas alianças e busque equilíbrio entre fé e história em tempos de mudança.

³² Cf. Skarsaune (2004), as influências do judaísmo no cristianismo primitivo. O autor demonstra que Jesus, embora inserido nas tradições judaicas de seu tempo, introduziu uma síntese inédita de amor, inclusão e espiritualidade, superando as fronteiras das escolas religiosas do período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do período intertestamentário revela que a fusão entre sacerdócio e governo, embora tenha surgido como resposta à necessidade de preservar a identidade religiosa e a autonomia política diante das pressões estrangeiras, produziu um legado ambíguo e repleto de tensões. Os capítulos desenvolvidos respondem diretamente às questões centrais: como os sumos sacerdotes hasmoneus conciliavam responsabilidades cultuais com exigências governamentais e políticas, e de que forma essa fusão afetou a autonomia e a identidade judaica. A investigação, estruturada em dimensões institucional, social e teológica, oferece respostas claras e fundamentadas.

No âmbito institucional, a fusão surgiu como solução prática à crise selêucida. O capítulo 1 mostrou que a revolta macabeia criou as condições para a nomeação de Jônatas como sumo sacerdote em 152 a.C., rompendo a tradição zadoquita que separava altar e trono. O capítulo 2 detalhou como Simão consolidou essa liderança hereditária em 140 a.C., unindo culto, diplomacia e comando militar. Sob João Hircano I, essa estrutura possibilitou conquistas territoriais como a destruição do templo samaritano em 128 a.C. e a integração dos idumeus, fortalecendo a Judeia como unidade político-religiosa. No entanto, o capítulo 3.1 revelou que a intervenção romana em 63 a.C. marcou a ruptura decisiva. Pompeu transformou o sumo sacerdote em etnarca subordinado, condicionando rituais sagrados à lealdade imperial. Os hasmoneus conciliaram funções cultuais e políticas com pragmatismo inicial eficaz, mas a dependência de alianças externas comprometeu a independência ritual e política, restringindo a soberania judaica.

Socialmente, o modelo híbrido gerou divisões que fragmentaram a identidade judaica. O capítulo 2 destacou a aproximação com elites saduceias abertas ao helenismo, afastando fariseus defensores da Torá oral e essênios que rejeitaram o Templo corrompido. O capítulo 3.2 aprofundou como essas tensões facilitaram o controle romano ao criar um ambiente de desconfiança mútua entre grupos judaicos, impedindo uma frente unificada contra o domínio externo. Roma explorou essa fragmentação ao favorecer os saduceus (pragmáticos e alinhados ao império) como mediadores oficiais, enquanto marginalizava fariseus, cuja influência popular ameaçava a estabilidade colonial, e isolava essênios em Qumran. A nomeação de Caifás entre 18 e 36 d.C. exemplifica esse mecanismo: ao priorizar a contenção de agitação (como no julgamento de Jesus, Jo 18.13-14), ele garantia a continuidade do

culto sob supervisão romana, trocando legitimidade espiritual por sobrevivência política. Essa estratégia de fragmentação deliberada para assegurar o controle enfraquecia a coesão nacional e convertia o sacerdócio em símbolo de acomodação, não de resistência cultural. Teologicamente, a crise do sacerdócio hasmoneu abriu caminho para uma reorientação da esperança religiosa. Contudo, desse contexto contraditório emergiu uma profunda renovação teológica. A corrupção e o colapso da antiga estrutura sacerdotal prepararam o terreno para uma nova compreensão do Reino de Deus, expressa na mensagem de Jesus e no pensamento do Novo Testamento.

O contraste entre o poder terreno e a autoridade espiritual revelada nos Evangelhos destacou a insuficiência de um sistema religioso comprometido com o domínio político. Assim, o período intertestamentário não apenas explica a crise do sacerdócio judaico, mas também ilumina a transição para uma fé que prioriza o relacionamento direto entre Deus e o ser humano, distante das alianças políticas. O capítulo 3.2 mostrou o deslocamento da autoridade do Templo para a interpretação da Lei e comunidades alternativas. No Novo Testamento, Jesus rejeita a fusão ao separar o que pertence a César e o que pertence a Deus (Mt 22.21); Paulo transfere a mediação divina da instituição para a fé pessoal (Rm 3.21–30). A fusão, ao comprometer a sacralidade do cargo, intensificou esperanças messiânicas espirituais, influenciando diretamente a teologia do Reino não político.

O trabalho demonstra que a fusão fortaleceu a autonomia judaica em curto prazo, permitindo resistência cultural e expansão territorial, mas a comprometeu estruturalmente ao subordinar o sagrado aos interesses políticos. A redefinição do sumo sacerdote — de mediador entre Deus e o povo para agente entre império e nação — desencadeou tensões internas, crise de legitimidade e uma transformação teológica que preparou o terreno para novas compreensões de autoridade, fé e salvação.

Esta análise, baseada em Flávio Josefo, 1 Macabeus e estudos de Schürer, Hengel, Skarsaune e Russell, responde à problematização ao demonstrar que a fusão, embora tenha garantido sobrevivência inicial, comprometeu estruturalmente a autonomia e a identidade judaica. A delimitação no período hasmoneu esclarece como crises institucionais catalisaram inovações teológicas que moldaram o contexto do Novo Testamento, contribuindo para os estudos bíblicos com uma leitura coerente da interação entre religião e poder no Segundo Templo.

Diante do que foi apresentado, permanece aberta a possibilidade de aprofundar, em estudos posteriores, as implicações históricas e teológicas da fusão entre autoridade política e religiosa. A complexidade desse fenômeno no período do Segundo Templo continua a suscitar questões relevantes, cuja investigação pode ampliar ainda mais a compreensão das interações entre fé, instituição e poder ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEGRO, John M. *The Chosen People: a study of Jewish history from the time of the Exile until the Revolt of Bar Kocheba, sixth century B.C. to second century A.D.* 2. ed. [recurso eletrônico]. Piketon, Ohio: Rousseau, Etc., 2015. Edição digital convertida e distribuída por Andrews UK Limited. Introdução à segunda edição por James M. Donovan.

ATHAS, George. *Bridging the Testaments: the history and theology of God's people in the Second Temple period* [recurso eletrônico]. Grand Rapids: Zondervan, 2023.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Nova edição, revisada e ampliada*. 8. impressão. São Paulo: Paulus, 2012.

BROWN, S. Kent; HOLZAPFEL, Richard Neitzel. *The lost 500 years: what happened between the Old and New Testaments* [recurso eletrônico]. Salt Lake City: Deseret Book, 2012.

BROWN, S. Kent; HOLZAPFEL, Richard Neitzel. *Between the Testaments: from Malachi to Matthew* [recurso eletrônico]. Provo, Utah: Deseret Book Company, 2002.

ECKARDT, Benedikt. *The Hasmoneans and their Rivals in Seleucid and Post-Seleucid Judea. Journal for the Study of Judaism*. Leiden, v. 47, n. 1, p. 55-70, 2016.

GRABBE, Lester L. *An introduction to Second Temple Judaism: history and religion of the Jews in the time of Nehemiah, the Maccabees, Hillel and Jesus*. [recurso eletrônico]. Londres; Nova York: T&T Clark International, 2010.

HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism: studies in their encounter in Palestine during the early Hellenistic period*. Philadelphia: Fortress Press, 1981.

IRONSIDE, H. A. *The 400 Silent Years* [recurso eletrônico]. Ireland: CrossReach Publications, 2021.

KINGSLEY, Sean. *God's gold: a quest for the lost Temple treasures of Jerusalem* [recurso eletrônico]. London: John Murray, 2007.

JOSEFO, Flávio. *História dos hebreus: Antiguidades judaicas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD, 2012.

PAUL, André. *Judaísmo Tardio: História Política*. Tradução de Benôni Lemos. Revisão de Carlos Vido. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

RUSSELL, D. S. *Entre o Antigo e o Novo Testamentos: o período interbíblico* [recurso eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Abba Press, 2007. Tradução de Eliseu Pereira.

SCHWANTES, Milton. *Uma breve história de Israel*. 3. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2010.

SCHÜRER, Emil. *História do Povo Judeu no Tempo de Jesus Cristo (175 a.C.–135 d.C.)*. Volume 1. Edição revisada e dirigida por Geza Vermes, Fergus Millar e Matthew Black, com colaboração de Pamela Vermes. Tradução de Claudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Academia Cristã, 2023.

SCHÜRER, Emil. *História do Povo Judeu no Tempo de Jesus Cristo (175 a.C.–135 d.C.)*. Volume 2. Edição revisada e dirigida por Geza Vermes, Fergus Millar e Matthew Black, com colaboração de Pamela Vermes. Tradução de Claudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Academia Cristã, 2023.

SKARSAUNE, Oskar. *À Sombra do Templo: As Influências do Judaísmo no Cristianismo Primitivo*. Tradução de Antivan Mendes. São Paulo: Editora Vida, 2004.

TOGNINI, Enéas. *O Período Interbíblico: 400 Anos de Silêncio Profético*. São Paulo: Hagnos, 2009.

VERMES, Geza. *The True Herod* [recurso eletrônico]. London: Bloomsbury T&T Clark, 2014.

SURBURG, Raymond F. Introduction to the Intertestamental Period. St. Louis: Concordia Publishing House, 1975.